



Serra (ao fundo) mostra lacuna na emenda de Amaral: o concurso para carrasco

Falta de carrasco profissional ajuda a derrotar pena de morte

BRASÍLIA — Regularizar a profissão de carrasco seria um dos principais problemas para a implantação da pena de morte no Brasil, segundo argumentou o deputado José Serra (PMDB-SP) ao discursar contra a proposta do líder do PDS, deputado Amaral Neto (PDS-RJ), que queria incluir na nova Constituição artigo determinando a execução de condenados por assalto, roubo, seqüestro ou estupro com morte. Para sensibilizar os integrantes da Comissão de Sistematização, Amaral leu trechos de duas cartas que recebeu de Rudy Volkmann, pai da jovem Annelese, assassinada no Rio de Janeiro. Perdeu por 84 votos contra 5 e uma abstenção.

O líder do PDS disse que "a pena de morte não é ideológica nem partidária" e, em defesa de sua emenda, argumentou que propunha nas disposições transitórias a consulta à população através de plebiscito. Acrescentou que a opinião pública é

amplamente a favor da pena de morte, citando pesquisa recentemente realizada no Paraná, onde 67% das respostas foram favoráveis.

Amaral concluiu o discurso dizendo que se a pena de morte não for aprovada na Constituinte, ele não desistirá porque acredita contar com o apoio do povo. O deputado Farabulini Jr. (PTB-SP) também discursou defendendo a pena de morte.

Profissão: carrasco — Os deputados José Serra e Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) discursaram contra a inclusão da pena de morte na Constituição. Os dois argumentaram que os erros judiciais podem levar à morte um inocente, sem que seja possível mais qualquer reparo. O mesmo argumento foi usado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), que falou pelo relator Bernardo Cabral. "É melhor absolvemos um culpado do

que condenarmos à morte um inocente. Além disso, em regimes autoritários, a pena de morte pode ser utilizada contra os democratas."

Ainda falando contra a pena de morte, o deputado José Serra arrancou risadas do plenário, quando perguntou com seria regulamentada a lei que fixaria a forma da morte de um condenado e como se regulamentaria a profissão de carrasco. Contou a história do último carrasco inglês, de nome Albert que, nas horas vagas cuidava do bar de sua propriedade chamado *Socorrei o pobre enforcado* e perguntou: "O carrasco brasileiro trabalhará em horário integral? Será funcionário público? Como será o concurso para admissão do carrasco?"

Cinco deputados votaram a favor da pena de morte: Luís Eduardo (PFL-BA), José Lins (PFL-CE), Paulo Pimentel (PFL-PR), Francisco Rossi (PTB-SP) e Theodoro Mendes (PMDB-SP).

Sindicatos rejeitam proposta da CNI

As lideranças sindicais e a esquerda não aceitam trocar a proibição da demissão imotivada, que consta do substitutivo do relator Bernardo Cabral, pela inclusão de um dispositivo na Constituição que garanta a semana de trabalho de 44 horas. A proposta foi feita pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), em nome de todas as federações estaduais, aos presidentes da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, da CUT, Jair Meneguelli, e da CNTI, José Calixto.

Na Comissão de Sistematização, representantes dos partidos de esquerda também rechaçaram qualquer possibilidade de acordo em torno da proposta da CNI, que prevê dois anos para a implantação das 44 horas semanais e indenizações proporcionais ao tempo de serviço no caso de demissão. "Para nós, a estabilidade é uma questão de princípio. E por que vamos aceitar as 44 horas se no ABC já vigoram 43 e na capital de São Paulo pode haver um acordo em torno de 42?", disse o deputado José Genoíno (PT-SP).

Impasse — "Respeito essa posição, mas ela é totalmente nociva ao país", afirmou o deputado Albano Franco. "Não podemos aceitar a proibição do direito dos empresários de descontratarem seus empregados. Isso vai contra o sistema da livre empresa", explicou. Para

o presidente da CUT, Jair Meneguelli, esse argumento revela a intransigência da CNI: "Os patrões só querem oficializar na Constituição o recurso da demissão". Joaquim dos Santos Andrade, da CGT, está cético: "Ou nos fazem uma proposta razoável ou vamos para o confronto".

O impasse levou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) a começar a trabalhar outra proposta: em troca

Paletó azul-marinho e gravata cinza-prata, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, entrou no plenário da Câmara e, pouco adiante, encontrou o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE).

Meneguelli, onde é que você vai com essa elegância toda? — perguntou Albano.

Estou treinando para deputado, acho que vou me candidatar em 1990. Estarei então aqui para defender os interesses dos trabalhadores.

Efusivos, trocaram um abraço. Gentilezas à parte, eles continuaram se desentendendo na questão da estabilidade no emprego.

das 44 horas semanais de trabalho, o artigo que proíbe a demissão imotivada ficaria com a redação do primeiro — e não do segundo — substitutivo de Cabral. Ou seja, o princípio seria mantido, mas sua regulamentação ficaria para lei complementar.

Fernando Henrique, porém, vem esbarrando em resistências poderosas. A Federação das Indústrias de São Paulo, por exemplo, até agora não deu qualquer sinal de boa vontade. Seu presidente, Mário Amato, não vê lucro algum, para os empresários, na aprovação simultânea da redução da semana de trabalho e do princípio da proibição de demissão imotivada. Entre os trabalhadores, tampouco a proposta provoca entusiasmo.

Acordo urgente — O líder pemedebista não concorda com o argumento de Meneguelli e do PT de que não há vantagem na definição da semana de 44 horas porque várias categorias já conquistaram mais do que isso. "Isso só vale para os trabalhadores que possuem uma organização sindical forte. Porém, para a imensa maioria, que tem pouco poder de barganha, a semana de 44 horas seria uma conquista muito importante".

Fernando Henrique acredita por isso que as centrais sindicais — inclusive a CUT, a mais intransigente — terminarão apoiando sua iniciativa.

Aliados do governo se queixam dele

— Vejo que mesmo entre parlamentares que dizem apoiar o governo, o presidente da República só recebe pedradas — comentou o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, sem disfarçar uma ponta de irritação. Na noite de terça-feira, reunidos na casa do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), no Lago Sul, cerca de 30 deputados, quase todos favoráveis à manutenção do presidencialismo como sistema de governo, ouviam atentos a palavra do general. Ao lado dele, absorto, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, impacientou-se na cadeira.

— Ministro, vejo que o sr não entendeu nada do que dissemos", apartou o senador João Calmon (PMDB-ES). — Não atacamos o presidente, no máximo, chegamos perto dele ao criticar seu ministério. Só jogamos confete até aqui.

— Não somos nós que vamos salvar o governo, é o presidente que terá que se salvar. Se essa situação perdurar muito tempo, ministro, vamos romper com o governo e partir para eleições diretas no próximo ano — ameaçou o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara.

"A reunião foi um desastre.

Costa Couto exibiu, a certa altura da reunião, estatísticas que atestariam as chances do presidencialismo ser vitorioso no âmbito da Comissão de Sistematização, que vota, atualmente, o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. Entre os 93 membros da comissão, 41 estariam dispostos a derrotar a proposta de parlamentarismo. "Só nos faltam seis votos para obter a maioria na comissão", anunciou o ministro. Ele mesmo, à saída do encontro, parecia não acreditar no placar que ofereceu ao exame dos deputados e senadores.

Costa Couto exibiu, a certa altura da reunião, estatísticas que atestariam as chances do presidencialismo ser vitorioso no âmbito da Comissão de Sistematização, que vota, atualmente, o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. Entre os 93 membros da comissão, 41 estariam dispostos a derrotar a proposta de parlamentarismo. "Só nos faltam seis votos para obter a maioria na comissão", anunciou o ministro. Ele mesmo, à saída do encontro, parecia não acreditar no placar que ofereceu ao exame dos deputados e senadores.

Artigo familiar

Se fosse mantido o artigo da atual Constituição que trata da ineligibilidade de parentes diretos do presidente da República, governadores e prefeitos, o deputado José Sarney Filho só poderia ser candidato à reeleição. Roseana Sarney não poderia se candidatar a nada nos próximos dois anos. O primeiro anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral anistiu os dois e forneceu a brecha por onde poderia passar a candidatura de qualquer um deles ao governo do Maranhão. O projeto atual deixou a brecha para José Sarney Filho e fechou para Roseana.

Assim é, se lhe parece

Foi carinhoso o encontro do presidente José Sarney com o ministro Raphael de Almeida Magalhães na audiência de anteontem à tarde. Ao bater, duramente, no senador Marco Maciel, no ex-ministro Jorge Bornhausen e no ministro Aureliano Chaves, Raphael não irritou Sarney. Pelo contrário. No caso específico de Maciel, o presidente até gostou do ataque de Raphael. Está difícil recompor as relações entre Sarney e Maciel desde que o presidente do PFL se rebelou contra a nomeação do novo superintendente da Sudene. Anteontem, Maciel não atendeu um telefonema de Sarney.

É possível que o governo, ali, tenha perdido alguns votos que pareciam assegurados para a manutenção do presidencialismo", avaliou, mais tarde, um deputado do PMDB. Houve, naturalmente, vozes que defenderam o presidente e seu governo. Foi o caso do deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara. O ministro Ronaldo Costa Couto fez uma longa exposição sobre as raízes da crise econômica, refletiu até as causas da Revolução de 1930 e explicou as dificuldades que o governo enfrenta hoje.

Predominaram as queixas dos parlamentares. Os deputados Daso Coimbra (PMDB-RJ) reclamou do ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, que segundo ele só atende pedidos de políticos adversários do governo. "Sempre apoiarei o presidente mas o Raphael só atende aos pedidos do Paulo Ramos", acusou Coimbra. Sobraram críticas para a direção da TV Educativa no Rio de Janeiro que, denunciou Coimbra, só põe no ar deputados que falam mal do governo.

Costa Couto exibiu, a certa altura da reunião, estatísticas que atestariam as chances do presidencialismo ser vitorioso no âmbito da Comissão de Sistematização, que vota, atualmente, o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. Entre os 93 membros da comissão, 41 estariam dispostos a derrotar a proposta de parlamentarismo. "Só nos faltam seis votos para obter a maioria na comissão", anunciou o ministro. Ele mesmo, à saída do encontro, parecia não acreditar no placar que ofereceu ao exame dos deputados e senadores.

Esquerda tem pressa (I)

A esquerda na Constituinte, integrada por parlamentares do PMDB, PT, PDT e dos PCs em geral, decidiu contribuir para apressar a votação do projeto de Constituição de Cabral na Comissão de Sistematização. Vai retirar quase todos os pedidos de destaque para votação em separado de artigos, parte deles, emendas e parte delas. Só através do deputado José Genoíno, do PT, a esquerda apresentará quase 1.200 pedidos de destaque. "O emperramento da votação só beneficia o governo, que ganha tempo para recompor suas forças na Constituinte", calcula o deputado.

PINGA-FOGO

• Do deputado José Costa (PMDB-AL), ao votar contra a instituição da pena de morte: "Se criada, iriam estatizá-la. Nessa área, a iniciativa privada, pelo menos em Alagoas, é mais eficiente".

• Do ministro Aureliano Chaves, sobre o duro ataque que sofreu do ministro Raphael de Almeida Magalhães: "Quero que ele repita tudo na minha frente. Se o fizer, bato nele".

• Em conversas reservadas, o ministro Antônio Carlos Magalhães critica o gesto do senador Marco

— Não seria melhor que o projeto não fosse votado na Sistematização e passasse, direto, para o plenário da Constituinte onde podemos conseguir uma maioria mais tranquila? — indagou ao deputado Theodoro Mendes (PTB-SP), autor de uma emenda presidencialista encampada por Sarney.

Costa Couto já insinuara a mesma coisa quando ainda estava reunido com os parlamentares dentro da casa de Prisco.

— A eleição do Nelson Marchezan para a presidência da Câmara foi a coisa mais difícil já registrada no Congresso — interrompeu o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). — Marchezan estava, praticamente, derrotado pelo deputado Djalma Marinho. O governo trabalhou voto a voto e elegeu Marchezan.

Os dois ministros foram dormir sem que tenham admitido, em momento algum do encontro, que o presidente Sarney esteja, de fato, às vésperas de reformar amplamente seu ministério. A maioria dos parlamentares foi embora, conforme imagina um deles, do PFL, com a sensação de que a reunião "fora uma coisa absolutamente inútil, melancólica". "Acho que estamos sendo empurrados para fazer oposição ao governo", observou ontem pela manhã, na Câmara, o deputado José Lourenço, em conversa com o deputado Saulo Queiroz (PFL-MT).

— Vamos apressar a votação na Constituinte para aproveitar a situação de fraqueza do governo — insinuou a um amigo o deputado José Genoíno (PT-SP), a poucos metros de distância de Lourenço.

Esquerda tem pressa (II)

Nos cálculos da esquerda, a correção das forças políticas é menos desfavorável a ela no âmbito da Comissão de Sistematização do que no plenário da Constituinte, que votará, mais tarde, o projeto de Constituição de Cabral. "Nas questões essenciais, como reforma agrária, sistema de governo, reforma tributária", argumenta o deputado José Genoíno, "os que apoiam um lado e o outro já se definiram. Podemos avançar no capítulo dos direitos do cidadão ou na ampliação das prerrogativas do Congresso. Os constituintes liberais tendem a votar conosco nisso".

Maciel de levar o PFL para uma situação de quase rompimento com o governo.

• "Ainda acabaremos juntos em um mesmo partido", prometeu ontem o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) à deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

• Do deputado Ulysses Guimarães: "É grande o desgaste que o PMDB e eu, pessoalmente, estamos sofrendo para que a transição chegue a bom termo. E o pior é que não sabemos se ele chegará."

Ricardo Noblat

Comissão tenta mudar seu ritmo

Os integrantes da Comissão de Sistematização levaram cerca de uma hora discutindo como apressar a votação do projeto de Bernardo Cabral. Não chegaram a acordo e rejeitaram a proposta da Mesa da Constituinte de se reduzir à metade o número de oradores no encaminhamento de cada votação. Depois disso, continuou a ser votado o artigo 5º, que tem 55 parágrafos. Quase não há mais dúvida de que será impossível encerrar os trabalhos na data prevista, 8 de outubro; pelas previsões mais otimistas, a votação terminará no dia 20.

Numa reunião entre os líderes e os integrantes da Mesa da Comissão, que desde ontem conta com a ajuda dos senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Fernando Henrique Cardoso) conseguiu-se enxugar parte das emendas que seriam votadas na sessão iniciada às 14 horas. Muitas eram idênticas, outras de pouca importância e outras, ainda, foram deixadas para serem apreciadas no plenário da Constituinte.

Com isso, os trabalhos ganharam alguma rapidez, mas não o suficiente para que a votação esteja concluída no dia 8. Se isso não acontecer, o prazo deverá ser prorrogado, "porque não se pode enviar apenas parte do substitutivo votado para o plenário", disse o líder do PCB, deputado Roberto Freire, acrescentando: "Temos consciência de que o processo é demorado mas não vamos brigar mão de discutir cada item polêmico com atenção".

Além disso, ninguém acredita que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, obrigue que a Sistematização envie para o plenário parte do substitutivo sem votar